



Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Superior

ANALISTA DA PROCURADORIA - ESPECIALIDADE - PROCESSUAL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada a redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição do texto definitivo da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e o texto definitivo da redação, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Básicos

Texto 1 – Sem humanos, natureza prospera em Chernobyl

Os seres humanos causam mais danos para a vida selvagem do que desastres nucleares. Essa é a conclusão de um estudo publicado ontem na revista científica “Current Biology”, que analisou dados populacionais de grande prazo na zona de exclusão de Chernobyl, na fronteira entre a Ucrânia e a Bielorrússia. Em abril de 1986, a área de 4.200 quilômetros quadrados foi totalmente evacuada após a explosão, seguida de um incêndio, de um reator na Usina Nuclear de Chernobyl. Centenas de milhares de pessoas foram removidas de suas casas para nunca mais voltar. Três décadas depois, a região mais parece um parque de proteção ambiental que uma zona de desastre. Sem a presença humana, bandos de alces, veados, cervos, javalis e lobos são vistos perambulando livremente entre ruas e construções abandonadas.

- É muito provável que o número de animais selvagens em Chernobyl seja bem maior agora do que antes do acidente – diz Jim Smith, professor da Universidade de Portsmouth, no Reino Unido, e coordenador da equipe internacional responsável pelo estudo. – Isso não significa que a radiação é boa para a vida selvagem, apenas que os efeitos da habitação humana, incluindo caça, agricultura e desmatamento, são muito piores.

(O Globo, 6/10/2015)

1

“Sem humanos, natureza prospera em Chernobyl”.

A forma de reescrever essa frase - título para o texto 1 – que modifica o sentido original, tornando-a inadequada ao contexto, é:

- (A) porque está sem humanos, natureza prospera em Chernobyl;
- (B) embora esteja sem humanos, natureza prospera em Chernobyl;
- (C) após ficar sem humanos, natureza prospera em Chernobyl;
- (D) Chernobyl, tornando-se desabitada, vê sua natureza prosperar;
- (E) a natureza de Chernobyl, sem humanos, prospera.

2

Observem-se as seguintes passagens do texto 1: “Em abril de 1986, a área de 4.200 quilômetros quadrados foi totalmente evacuada” e “Centenas de milhares de pessoas foram removidas de suas casas para nunca mais voltar”.

Nessas passagens emprega-se a voz passiva e essa estrutura tem a característica de:

- (A) indicar a violência das ações praticadas;
- (B) evitar a identificação dos agentes das ações;
- (C) localizar as ações num passado recente;
- (D) mostrar a necessidade de as ações serem praticadas;
- (E) identificar as ações como autoritárias.

3

Considerando-se a conclusão do estudo citado no texto 1: “Os seres humanos causam mais danos para a vida selvagem do que desastres nucleares”, pode-se inferir que:

- (A) desastres nucleares não são prejudiciais aos animais;
- (B) radiação nuclear incentiva a procriação animal;
- (C) os animais são afetados pela radiação de forma diferente;
- (D) os animais são afetados pela radiação por meio dos humanos;
- (E) os humanos, intencionalmente ou não, prejudicam a vida animal.

4

Ao informar aos leitores que o estudo foi publicado numa revista científica de prestígio, o autor do texto 1 pretende:

- (A) indicar a necessidade urgente do estudo do tema;
- (B) demonstrar a qualidade científica da revista;
- (C) comprovar a qualidade da informação prestada;
- (D) valorizar o conhecimento científico na mídia impressa;
- (E) destacar um assunto de séria preocupação.

5

O texto 1 mostra uma enumeração dos animais cuja população cresceu em Chernobyl. Entre as formas de enumerar abaixo indicadas, aquela que tem seu valor corretamente apontado é:

- (A) alces, veados, cervos, javalis e lobos. / a enumeração abrange a parte mais importante dos animais;
- (B) alces, veados, cervos, javalis, lobos... / a enumeração indica a totalidade dos animais;
- (C) alces, além de veados, cervos, javalis e lobos. / a enumeração mostra os animais numa ordem de importância;
- (D) alces e veados e cervos e javalis e lobos. / a enumeração destaca a importância individual dos animais;
- (E) alces, veados, cervos, além de javalis e lobos. / a enumeração prioriza os últimos elementos citados.

6

“Em abril de 1986, a área de 4.200 quilômetros quadrados foi totalmente evacuada após a explosão, seguida de um incêndio, de um reator na Usina Nuclear de Chernobyl. Centenas de milhares de pessoas foram removidas de suas casas para nunca mais voltar”.

Esse segmento do texto 1 tem a função de:

- (A) condenar a falta de responsabilidade dos governos em relação à energia nuclear;
- (B) explicar os motivos de as espécies animais estarem multiplicando-se rapidamente em Chernobyl;
- (C) justificar o porquê de a região citada ter-se tornado uma zona de exclusão;
- (D) recordar o passado histórico a fim de ter-se cuidado com o presente;
- (E) esclarecer os leitores mais novos sobre o ocorrido na região a fim de que possam evitar os mesmos problemas, no futuro.

7

“ruas e construções abandonadas”; entende-se, por essa estrutura, que estão abandonadas as ruas e as construções, mas em caso de só quisermos qualificar como abandonadas as ruas, a estrutura adequada seria:

- (A) as ruas abandonadas e as construções;
- (B) as abandonadas ruas e construções;
- (C) as construções e as ruas abandonadas;
- (D) as construções abandonadas e as ruas;
- (E) as construções e as ruas também abandonadas.

Texto 2

Na madrugada do dia 26 de abril de 1986, uma sequência de explosões ocorrida na usina nuclear de Chernobyl, localizada na Ucrânia, República federada à URSS, resultou em um dos maiores acidentes químicos e nucleares que a história registra.

Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e célio-137 que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido. Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.

As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas e ocorreram durante a realização de testes de segurança no reator. O reator foi destruído, matando no momento cerca de 30 trabalhadores que se encontravam no local, sendo que nos três meses seguintes vários trabalhadores morreram em decorrência do contato com os materiais radioativos.

Entretanto, em virtude da propagação da nuvem radioativa, milhões de outras pessoas sofreram as consequências do contato com o iodo e o célio liberados na explosão, resultando em doenças e má-formações das pessoas nascidas de mães e pais contaminados. As áreas que mais foram afetadas foram a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, sendo que este último país concentrou 60% do pó radioativo em seu território. O acidente de Chernobyl foi mais radioativo que as duas bombas atômicas lançadas pelos EUA ao final da II Guerra Mundial nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. (*Mundo Educação*)

8

No primeiro parágrafo do texto 2 há uma série de adjetivos; sobre um desses adjetivos é correto afirmar que:

- (A) “ocorrida” é um adjetivo de caráter subjetivo que se refere a “sequência”;
- (B) “nuclear” é um adjetivo de relação que se refere a “usina”;
- (C) “localizada” é um adjetivo de caráter objetivo que se refere a “Chernobyl”;
- (D) “federada” é um adjetivo que indica uma qualidade e se refere a “URSS”;
- (E) “maiores” é um adjetivo com variação de grau que se refere a “químicos” e “nucleares”.

9

A estruturação dos dois primeiros parágrafos do texto 2 mostra a seguinte relação:

- (A) o segundo parágrafo resume o conteúdo do primeiro;
- (B) o primeiro parágrafo é explicitado no segundo;
- (C) o segundo parágrafo introduz um novo tópico ao texto;
- (D) o segundo parágrafo localiza temporal e espacialmente os fatos citados no primeiro;
- (E) o primeiro parágrafo mostra um fato específico que é tratado de forma geral no segundo.

10

“Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.”

Essa afirmação do texto 2:

- (A) é desmentida pelo próprio texto 2;
- (B) contraria informações do texto 1;
- (C) opõe-se à realidade dos fatos;
- (D) esclarece uma informação equivocada;
- (E) retira valor do estudo citado no texto 1.

11

“Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e célio-137 que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido”.

Sobre a estruturação desse segmento do texto 2, é correto afirmar que:

- (A) o numeral ordinal “primeira” não se justifica, já que não ocorrem outras explosões do mesmo tipo;
- (B) a forma verbal “levaram” deveria ser substituída por “levou” já que se refere a “incêndio”;
- (C) a forma verbal “gerou” deveria ser substituída por “geraram” pois se refere a “explosões químicas”;
- (D) as duas primeiras vírgulas do texto delimitam um segmento que traz uma retificação de um termo anterior;
- (E) a oração “que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido” deveria vir precedida de vírgula.

12

Abaixo estão orações adjetivas do texto 2, que foram substituídas por construções equivalentes. A forma substitutiva que se mostra inadequada por incorreção ou modificação do sentido original é:

- (A) “Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.” / do comumente afirmado.
- (B) “O reator foi destruído, matando no momento cerca de 30 trabalhadores que se encontravam no local” / encontrados no local.
- (C) “As áreas que mais foram afetadas foram a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia” / mais afetadas.
- (D) “resultou em um dos maiores acidentes químicos e nucleares que a história registra.” / registrados pela história.
- (E) “Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e cézio-137” / geradoras de uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e cézio-137.

13

“Na madrugada do dia 26 de abril de 1986, uma sequência de explosões ocorrida na usina nuclear de Chernobyl, localizada na Ucrânia, República federada à URSS, resultou em um dos maiores acidentes químicos e(1) nucleares que a história registra.

Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e(2) o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e(3) cézio-137 que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e(4) Reino Unido. Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.

As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas e(5) ocorreram durante a realização de testes de segurança no reator”.

Nesses segmentos do texto 2 estão indicadas cinco ocorrências da conjunção aditiva E; a observação inadequada sobre uma dessas ocorrências é:

- (A) a ocorrência (1) une dois adjetivos: “químicos” e “nucleares”;
- (B) a ocorrência (2) une “explosão” e “incêndio”;
- (C) a ocorrência (3) une “iodo-131” e “cézio-137”;
- (D) a ocorrência (4) une os substantivos “União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia” e “Reino Unido”;
- (E) a ocorrência (5) une “causas” a “ocorreram”.

14

“As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas e ocorreram durante a realização de testes de segurança no reator. O reator foi destruído, matando no momento cerca de 30 trabalhadores que se encontravam no local...”.

A forma verbal sublinhada está na voz passiva; a preferência pela voz passiva, no contexto, se deve a que:

- (A) se evita, politicamente, a atribuição de responsabilidades pela ação danosa;
- (B) se registra a ação de forma mais impactante;
- (C) se torna impossível a identificação de um agente da ação;
- (D) não se deseja incriminar o governo russo pela destruição;
- (E) não se pode destacar o agente da ação, mas sim a ação em si mesma.

15

“mães e pais contaminados”; a forma de reescrever-se esse mesmo segmento do texto 2 que mostra um desvio da norma culta é:

- (A) pais e mães contaminadas;
- (B) pais e mães contaminados;
- (C) contaminados pais e mães;
- (D) contaminadas mães e pais;
- (E) contaminados mães e pais.

16

“As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas”; a maneira de reescrever-se esse segmento do texto 2 que altera o seu sentido original é:

- (A) As causas do acidente são humanas e técnicas.
- (B) As causas do acidente são humanas, além de técnicas.
- (C) As causas não só são humanas como são técnicas.
- (D) As causas do acidente, embora humanas, também são técnicas.
- (E) As causas do acidente, sem deixar de ser humanas, também são técnicas.

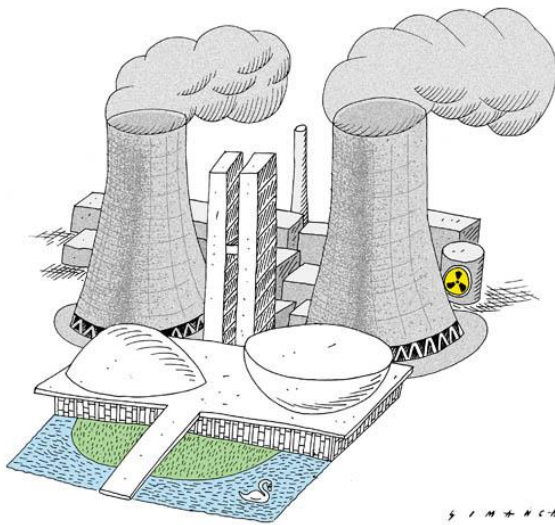
17

O texto 2 deve ser classificado como:

- (A) didático, pois tenta ensinar aos mais jovens acontecimentos históricos importantes;
- (B) argumentativo, pois condena a energia nuclear por seu caráter destrutivo;
- (C) informativo, pois dá a conhecer uma série de fatos ocorridos no acidente de Chernobyl;
- (D) preditivo, pois prevê novos acidentes nucleares com outras milhares de vítimas;
- (E) narrativo, pois apresenta os fatos ocorridos de forma cronológica.

18

**Se a energia nuclear não é perigosa,
eis aqui o lugar ideal para construir uma usina**



Sobre a charge acima, é correto afirmar que:

- (A) a imagem da charge nos faz ler que Brasília é um local prestes a explodir;
- (B) a imagem da charge nos indica uma crítica à vida política de Brasília;
- (C) as palavras que estão acima da charge mostram uma crítica implícita ao conhecimento científico;
- (D) a imagem da charge nos faz ver uma antítese entre a vida política e a vida tranquila do lago;
- (E) a imagem da charge e as palavras acima indicam uma comparação entre o poder destrutivo de Brasília e o das armas nucleares.

19



A imagem da charge é composta por uma série de elementos com diferentes significados. A relação equivocada entre elementos visuais e sua significação é:

- (A) o símbolo de radioatividade está no lugar do sol, como para indicar um novo guia em nossos dias;
- (B) a presença de uma única figura humana indica a mortandade geral de nossa espécie em uma catástrofe nuclear;
- (C) a destruição geral dos objetos mostra a desvalorização dos bens num momento de catástrofe nuclear;
- (D) a situação da imagem sobre o mar mostra o protesto contra a falta de cuidado com o meio ambiente;
- (E) os pássaros à esquerda podem indicar um sinal de esperança a respeito da continuidade da vida na Terra.

20

Homenagens e protestos relacionados aos 20 anos da tragédia de Chernobyl foram realizados hoje em diversas cidades da Europa (26/04/2006).



Sobre a imagem da charge, a única afirmação inadequada é:

- (A) o nome Chernobyl alude a um triste episódio de desastre nuclear;
- (B) a caveira que sai de uma caixa indica a ameaça de morte após os desastres nucleares;
- (C) a foice empunhada pela representação da morte condena indiretamente a Rússia;
- (D) a árvore seca à esquerda mostra uma das consequências do desastre nuclear;
- (E) o tom sombrio da charge, com a presença maciça do negro, alude ao desastre nuclear.

Conhecimentos Específicos

21

Considerando que tanto o Estado como o Município possuem padrões normativos de hierarquia superior, inseridos na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal, a única proposição que se mostra harmônica com a Constituição da República Federativa do Brasil é:

- (A) a Constituição Estadual não pode dispor sobre matérias próprias do processo legislativo ordinário, em que prevalece a colaboração entre as funções estatais;
- (B) a Constituição Estadual pode estabelecer padrões de uniformização em relação à disciplina de certas matérias de competência legislativa municipal;
- (C) a Constituição Estadual pode criar novas hipóteses de controle, pelo Poder Legislativo, das atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo;
- (D) as normas básicas do processo legislativo, disciplinado na Constituição da República, não são de observância obrigatória pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal;
- (E) a Constituição Estadual pode dispor sobre a convocação do Presidente do Tribunal de Justiça para prestar esclarecimentos à Assembleia Legislativa.

22

Determinado Município aprovou a sua lei orçamentária anual e nela autorizou a realização de obras públicas tidas como necessárias. Considerando a sua precária situação financeira, foi igualmente autorizada a contratação de empréstimo interno, sendo que metade do valor seria destinado ao pagamento das referidas obras e a outra metade seria utilizada para as despesas correntes, de caráter geral, da Administração Pública. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a referida lei é:

- (A) constitucional, pois a lei orçamentária é a sede adequada para a previsão da receita e a autorização da despesa pública;
- (B) inconstitucional, por afrontar a competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito econômico;
- (C) constitucional, pois o Município possui competência concorrente para legislar sobre direito financeiro;
- (D) inconstitucional, já que a operação de crédito excede o montante das despesas de capital;
- (E) constitucional, desde que a operação de crédito a que se refere a lei orçamentária tenha sido previamente autorizada pelo Senado Federal.

23

Pedro e Eustáquio, especialistas em direito tributário, travaram intensa discussão a respeito da denominada imunidade tributária recíproca entre os entes federativos, tal qual consagrada na Constituição da República Federativa do Brasil. Esse tipo de imunidade:

- (A) não beneficia nenhum ente da administração pública indireta, qualquer que seja o ente federativo a que esteja vinculado;
- (B) obsta a cobrança de imposto predial urbano, de delegatária de serviço portuário, que ocupa imóvel de domínio da União;
- (C) necessariamente alcança todos os entes da administração pública direta e indireta, de todos os níveis da Federação;
- (D) alcança todas as espécies tributárias de competência dos entes federativos;
- (E) beneficia a empresa pública que desempenhe atividade econômica considerada de interesse público.

24

Determinado Estado da Federação, após longa disputa em um processo judicial, viu-se condenado a pagar elevada importância em dinheiro a um particular. Considerando que a causa foi julgada pelo Tribunal de Justiça, o Procurador responsável iniciou pesquisas para verificar se era possível submetê-la à apreciação do Superior Tribunal de Justiça. Esse Tribunal pode vir a apreciar as causas em que a decisão recorrida:

- (A) julgar válida lei local contestada em face de lei federal;
- (B) contrariar norma de Constituição Estadual, desde que não seja reprodução de norma da Constituição da República;
- (C) julgar válido ato de governo local contestado em face da Constituição da República;
- (D) der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro órgão do mesmo tribunal que a proferiu;
- (E) contrariar tratado ou lei federal ou negar vigência a qualquer de suas normas.

25

Inácio procurou um advogado e decidiu inteirar-se a respeito da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) tanto os direitos individuais como os direitos sociais estão incluídos na categoria mais ampla dos “direitos de defesa”;
- (B) a justiciabilidade dos direitos sociais, pelo Poder Judiciário, não apresenta nenhuma distinção substancial em relação aos direitos individuais;
- (C) os direitos sociais costumam ter sua exigibilidade condicionada à prévia integração pela legislação infraconstitucional;
- (D) a denominada “reserva do possível” é aplicada, indistintamente, com igual intensidade, aos direitos individuais e aos sociais;
- (E) os direitos sociais, pelas suas próprias características existenciais, não podem ser fruídos por uma única pessoa.

26

O Poder Legislativo e o Tribunal de Contas desempenham importante atividade na fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos poderes constituídos. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) as sociedades de economia mista e as empresas públicas, prestem, ou não, serviços públicos, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas;
- (B) as decisões do Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, são suscetíveis de recurso endereçado a este último;
- (C) a Constituição Estadual não pode dispor que as despesas realizadas pelo Tribunal de Contas são suscetíveis de fiscalização pela Assembleia Legislativa;
- (D) o Tribunal de Contas tem competência para apreciar e julgar as contas de governo do Chefe do Poder Executivo, mas não as contas de gestão;
- (E) as contas da Mesa da Assembleia Legislativa não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas do respectivo Estado.

27

De acordo com o texto da Constituição da República de 1988, aos Procuradores dos Estados:

- (A) é assegurada vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
- (B) é assegurada vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
- (C) aplica-se a obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, com a participação de representante do Poder Judiciário em todas as suas fases;
- (D) aplica-se a obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases;
- (E) incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

28

Serviço público é toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público. Dentre os princípios que se aplicam ao serviço público, destaca-se:

- (A) generalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado a todos os usuários, de forma impessoal e gratuita;
- (B) continuidade, segundo o qual o serviço não pode ser paralisado em qualquer hipótese;
- (C) modicidade, segundo o qual o serviço público deve ser remunerado a preços módicos;
- (D) eficiência, segundo o qual o serviço público deve ser prestado com qualidade superior a serviço equivalente oferecido pela iniciativa privada;
- (E) economicidade, segundo o qual o serviço público deve ser subsidiado pelo poder público, a fim de que a tarifa seja acessível a todos.

29

De acordo com a Lei nº 8.666/93, é hipótese regular de dispensa de licitação a contratação feita pelo Estado de Rondônia de:

- (A) locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, independentemente da análise do valor de mercado e de avaliação prévia;
- (B) remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- (C) compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, até o máximo de cento e oitenta dias, realizadas diretamente com base no preço do mês;
- (D) profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, contanto que esteja compatível com a economicidade e que tenha sido realizada previamente pesquisa de mercado;
- (E) serviço técnico de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, permitida a inclusão de serviços de publicidade e divulgação, desde que relacionados à área de recursos humanos.

30

Em matéria de alienação de bens públicos, a Lei nº 8.666/93 dispõe que, em se tratando de bens imóveis para órgãos da administração direta, a alienação dependerá de:

- (A) autorização legislativa, avaliação prévia e, em regra, de licitação na modalidade de concorrência;
- (B) autorização legislativa, avaliação prévia e sempre de licitação na modalidade de concorrência;
- (C) autorização legislativa e decreto do Chefe do Poder Executivo e sempre de licitação na modalidade de leilão;
- (D) decreto do Chefe do Poder Executivo, avaliação prévia e sempre de licitação na modalidade de leilão;
- (E) decreto do Chefe do Poder Executivo, avaliação prévia e, em regra, de licitação na modalidade de concorrência.

31

João, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, adquiriu, para si, no exercício do cargo público, bens imóveis cujos valores são desproporcionais a sua evolução patrimonial e a sua renda. Assim agindo, João incorreu, em tese, na prática de ato de:

- (A) infração disciplinar, a ser apurada por meio de processo administrativo disciplinar, em cujo curso poderá ser decretada pela autoridade administrativa a indisponibilidade de seus bens, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) infração disciplinar, a ser apurada por meio de sindicância administrativa, que poderá culminar com sua condenação, dentre outras sanções, ao ressarcimento ao erário em razão dos danos causados;
- (C) infração disciplinar, a ser apurada por meio de processo administrativo disciplinar, que poderá culminar com a suspensão de seus direitos políticos de cinco a oito anos, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (D) improbidade administrativa, que poderá ser decretada mediante processo administrativo disciplinar com sua condenação, dentre outras sanções, à perda da função pública;
- (E) improbidade administrativa que poderá ser decretada mediante processo judicial com sua condenação, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial ilícito.

32

Intervenção do Estado na propriedade é toda e qualquer atividade estatal que, amparada em lei, tenha por fim ajustá-la aos inúmeros fatores exigidos pela função social a que está condicionada. De acordo com o texto constitucional, a modalidade de intervenção restritiva conhecida como requisição administrativa é o direito:

- (A) real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo, como o caso de instalação de redes elétricas e a implantação de gasodutos e oleodutos em áreas privadas para a execução de serviços públicos, mediante prévia e justa indenização;
- (B) pessoal da Administração Pública de, no caso de iminente perigo público, usar da propriedade particular (bens móveis, imóveis e serviços particulares) assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, como a hipótese do uso do imóvel, dos equipamentos e dos serviços médicos de determinado hospital privado em situação de alagamento de toda a cidade em estado de calamidade pública reconhecido oficialmente, por decreto do Executivo;
- (C) real da Administração Pública de usar transitoriamente imóveis privados, como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos ordinários, como a hipótese de utilização de terrenos particulares contíguos a estradas (em construção ou em reforma), para a alocação transitória de máquinas de asfalto, equipamentos de serviços e pequenas barracas de operários, mediante prévia e justa indenização;
- (D) pessoal da Administração Pública de expedir determinações de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social, como o caso de permissão de vistorias em elevadores de edifícios e ingresso de agentes para fins de vigilância sanitária, não havendo prévia indenização;
- (E) real da Administração Pública de expedir requisições para proteção do patrimônio cultural brasileiro, com vistas à preservação da memória nacional, da identidade social e de aspectos históricos de bens de interesse coletivo, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e de outras formas de acautelamento e preservação, como a hipótese de tombamento de igreja centenária ou de ruínas com relevante interesse arqueológico.

33

Rafael, aos 14 anos, recebeu como herança de seu tio uma grande fortuna. Aos dezesseis anos, Rafael casou-se com Fernanda pelo regime legal de bens. Um mês após a realização do casamento, Rafael elaborou testamento destinando a parte disponível de seu patrimônio para o seu melhor amigo, Eduardo. Inconformada com essa atitude, Fernanda pediu o divórcio, tendo o casamento durado apenas sete meses. Com base na situação apresentada, é correto afirmar que o testamento elaborado por Rafael é:

- (A) nulo, pois a validade do testamento requer agente absolutamente capaz;
- (B) anulável, pois a validade do testamento requer agente relativamente capaz;
- (C) nulo por incapacidade superveniente do agente, tendo em vista a revogação da emancipação em razão do divórcio;
- (D) válido, mas só se tornará eficaz com a superveniência da capacidade plena do testador, aos dezoito anos;
- (E) válido, pois os menores de dezoito e maiores de dezesseis anos podem elaborar testamento, independentemente de emancipação.

34

Vitor é produtor de vídeos e consulta a sociedade empresária Videolog Ltda. sobre a comercialização de um tipo específico de câmera de filmagem. No dia 19 de outubro, Vitor envia email à Videolog indagando o preço cobrado por cada câmera. Em 22 de outubro, a Videolog envia email de resposta informando o preço individual de cada câmera. Em 25 de outubro, Vitor envia outro email, informando que teria interesse em adquirir o produto e indagando se haveria a possibilidade de desconto se fossem adquiridas quatro câmeras. Termina esse mesmo email encomendando os produtos, para entrega em 30 dias. No dia 27 de outubro, a Videolog responde afirmativamente quanto ao desconto e à entrega em 30 dias, sendo esse email visualizado por Vitor no dia 30 de outubro. Pode-se considerar que o contrato foi celebrado entre as partes na seguinte data:

- (A) 19 de outubro;
- (B) 22 de outubro;
- (C) 25 de outubro;
- (D) 27 de outubro;
- (E) 30 de outubro.

35

Celina é credora quirografária de Márcia de um montante de R\$ 50.000,00. Celina ingressou com Ação Revocatória para ver anulado ato praticado por Márcia que a levou à insolvência, qual seja, a transmissão gratuita por meio de contrato de doação para sua filha Elisa de uma propriedade imóvel avaliada em R\$ 100.000,00.

Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que:

- (A) o caso traz hipótese de fraude à execução, que constitui defeito do negócio jurídico, por vício de consentimento, gerando a sua anulação;
- (B) o caso traz hipótese de fraude contra credores, que constitui defeito do negócio jurídico, por vício social, gerando a sua nulidade;
- (C) a procedência da ação revocatória implica a anulação da doação, sendo que esta aproveitará a Celina e aos demais credores de Márcia;
- (D) a procedência da ação revocatória implica a anulação da doação, sendo que esta aproveitará somente a Celina e não aos demais credores de Márcia;
- (E) Celina tem o prazo prescricional de dois anos para pleitear a anulação do negócio jurídico de doação, contado do dia em que tomar conhecimento da realização do negócio.

36

Catarina, percebendo que sua mãe, Daniela, estava com algum mal súbito, levou-a ao hospital mais próximo de sua casa. Enquanto sua mãe aguardava na sala de espera do hospital, Catarina preenchia o formulário de atendimento. Quando indagou ao funcionário do hospital o motivo pelo qual sua mãe ainda não havia sido atendida por um médico, ele informou que antes seria necessário o depósito de R\$ 5 mil, a título de garantia, através de um cheque pós-datado. Apesar de reconhecer que não possuía esse valor em conta-corrente, Catarina emitiu o cheque de pronto para possibilitar o atendimento de emergência de sua mãe.

Sobre a situação descrita, é correto afirmar que Catarina poderá:

- (A) anular o negócio jurídico por vício resultante de estado de perigo, no prazo decadencial de quatro anos, contados da data da celebração do contrato;
- (B) anular o negócio jurídico por estado de perigo, no prazo prescricional de quatro anos, a contar da data da celebração do contrato;
- (C) requerer a declaração de nulidade do negócio jurídico, por vício resultante de coação, não convalidando pelo decurso do tempo;
- (D) requerer a declaração de nulidade do negócio jurídico, por dolo, tendo em vista a demora no atendimento de Daniela;
- (E) anular o negócio jurídico por lesão, no prazo de dois anos, a contar da data da celebração do contrato.

37

Contribuinte, reputando inconstitucional lei estadual que instituiu determinado tributo, ajuizou demanda em face do ente federativo, pleiteando a declaração de inexistência da relação jurídico-tributária e, na sequência, a repetição dos valores que em sua ótica pagara indevidamente, a tal título. Após a apresentação da peça contestatória estatal, o juiz, julgando antecipadamente a lide, rejeitou o pleito declaratório, por não vislumbrar nenhum vício de inconstitucionalidade na lei questionada na inicial, sem nada aludir ao pedido de repetição de indébito tributário.

Nesse cenário, é correto afirmar que o autor procedeu a uma cumulação:

- (A) simples de pedidos, tendo o juiz proferido sentença nula, por *citra petita*;
- (B) sucessiva de pedidos, tendo o juiz proferido sentença válida;
- (C) sucessiva de pedidos, tendo o juiz proferido sentença nula, por *citra petita*;
- (D) simples de pedidos, tendo o juiz proferido sentença válida;
- (E) eventual de pedidos, tendo o juiz proferido sentença nula, por *extra petita*.

38

Sobre a ação rescisória, é correto afirmar que:

- (A) a sua propositura deve ocorrer no prazo prescricional de dois anos, após a intimação da última decisão proferida no processo primitivo;
- (B) caso seja julgado procedente o pedido relativo à fase do *iudicium rescindens*, sempre deverá haver, na sequência, o re julgamento da causa originária;
- (C) é a via processual adequada para impugnar sentenças já transitadas em julgado, tenham elas resolvido, ou não, o mérito da causa;
- (D) o seu ajuizamento reclama o prévio exaurimento de todas as vias recursais em tese cabíveis no processo matriz;
- (E) é admissível a formulação de requerimento, na petição inicial, de tutela de urgência que importe na suspensão da execução da decisão rescindenda.

39

No que se refere à ação popular, NÃO é correto afirmar que:

- (A) tem legitimidade para ajuizá-la o cidadão, que deverá comprovar tal qualidade mediante a juntada de título eleitoral ou de documento correspondente;
- (B) o Ministério Público intervirá no processo como *custos legis*, embora possa assumir o polo ativo da lide, assim como qualquer outro cidadão, caso o autor popular dê motivo para a prolação de sentença terminativa;
- (C) a sentença que julgar procedente o pedido estará sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
- (D) transitada em julgado a sentença que rejeitar o pedido, em razão de insuficiência do conjunto probatório, uma outra ação popular poderá ser proposta, pelos mesmos fundamentos, desde que amparada em nova prova;
- (E) as decisões interlocutórias proferidas no processo são impugnáveis por agravo de instrumento.

40

Funcionário público estadual, inconformado com o ato administrativo que o demitiu do serviço público, em virtude do cometimento de grave falta funcional, impetrou mandado de segurança em que pleiteou a invalidação do ato em questão, sob o fundamento de não terem sido observadas, no processo administrativo disciplinar instaurado em seu desfavor, as garantias da ampla defesa e do contraditório. Diante do indeferimento da medida liminar requerida na inicial, para que se suspendesse a eficácia do ato punitivo, o servidor houve por bem ajuizar uma nova demanda, já então sob o rito ordinário, em que postulou, da mesma forma, a invalidação do ato demissório, aduzindo a mesma *causa petendi*.

Considerando a propositura da segunda ação, a que se seguiram o seu juízo positivo de admissibilidade e a citação do ente federativo, está-se diante do fenômeno da:

- (A) litispendência;
- (B) conexão;
- (C) continência;
- (D) carência de ação, por impossibilidade jurídica do pedido;
- (E) perempção.

41

José propôs ação condenatória em face de João, por força de um contrato de mútuo celebrado entre ambos e que restou descumprido. Citado, João não contestou o pedido no prazo legal e o processo seguiu em conclusão para o juiz. Enquanto aguardava um pronunciamento judicial, naquele processo, João intentou ação declaratória de inexistência de dívida, por entender que o referido mútuo padecia de nulidade insanável.

É correto afirmar que essa segunda ação deverá ser:

- (A) reunida à primeira ação por conexão, pois haverá risco de decisões conflitantes;
- (B) reunida à primeira ação por continência, pois o pedido da segunda ação engloba o da primeira;
- (C) indeferida de plano, com a declaração de improcedência do pedido;
- (D) processada normalmente, sem reunião com a primeira ação;
- (E) extinta sem resolução do mérito.

42

Carlos ajuizou ação cautelar de sequestro de bens em face de Júlio, uma vez que esse não tinha domicílio certo e deixara de pagar uma obrigação no prazo estipulado. Ao sentenciar o feito, o juiz, concluindo que assistia razão a Carlos, deferiu o arresto, por entender que esse configuraria a medida cautelar cabível no caso, e que estavam presentes os seus requisitos legais. O juiz proferiu sentença:

- (A) *extra petita*, pois decidiu pedido diverso do formulado;
- (B) *ultra petita*, pois a cautelar de arresto é mais abrangente que o sequestro;
- (C) válida, já que a fungibilidade é uma nota característica das medidas cautelares;
- (D) *citra petita*, pois o arresto é menos abrangente que o sequestro;
- (E) nula, pois deveria extinguir o feito sem resolução do mérito, diante da inadequação da via processual eleita.

43

José e João, acionistas de uma empresa, não foram comunicados sobre uma assembleia que iria tratar de assuntos referentes a seus interesses. Desse modo, ajuízam ação, em litisconsórcio, em face da empresa, pedindo a anulação da referida assembleia.

Nesse caso, formou-se um litisconsórcio:

- (A) ativo, necessário e unitário;
- (B) misto, facultativo e simples;
- (C) ativo, facultativo e unitário;
- (D) ativo, necessário e simples;
- (E) ativo, facultativo e necessário.

44

Luiz propôs ação de cobrança no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em face de Maria. Após a citação, Maria efetuou o pagamento integral da dívida, protocolizando, posteriormente, petição nos autos do processo, comprovando o pagamento e requerendo a extinção do feito pela carência de ação, uma vez que não havia mais o interesse de agir no caso.

Nesse cenário, deverá o juiz:

- (A) extinguir o feito, sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir;
- (B) resolver o mérito desde logo pela procedência do pedido;
- (C) resolver o mérito desde logo pela improcedência do pedido;
- (D) extinguir o feito, sem resolução do mérito, por falta de legitimidade *ad causam*;
- (E) determinar o prosseguimento do processo, uma vez que ainda não há a possibilidade de julgamento do feito no estado em que se encontra.

45

O Presidente da República tem o poder de, dentro dos limites da lei e sem obediência aos princípios da anterioridade de exercício e da noventena, aumentar as alíquotas do imposto:

- (A) sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários e imposto de importação;
- (B) sobre produtos industrializados e imposto de renda;
- (C) sobre produtos industrializados e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- (D) sobre produtos industrializados e imposto sobre propriedade territorial rural;
- (E) de renda e imposto de importação.

46

Em nosso Sistema Tributário, a competência residual tributária pode ser exercida:

- (A) pelo Distrito Federal, que pode instituir impostos e taxas próprios dos municípios;
- (B) pelos Municípios, que podem criar novos tributos de interesse local, observando os princípios constitucionais da anterioridade de exercício e da legalidade;
- (C) pelos Estados, que podem instituir contribuições que não tenham fato gerador e base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal;
- (D) pela União, que, através de lei complementar, pode instituir impostos que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal;
- (E) pelos Estados e Municípios, que podem instituir contribuições especiais, que não sejam cumulativas e tenham a receita destinada à manutenção dos serviços de regiões metropolitanas.

47

Dependem de lei específica da Pessoa jurídica de Direito Público com competência tributária as seguintes causas de extinção do crédito tributário:

- (A) remissão e decadência;
- (B) compensação e anistia;
- (C) pagamento e prescrição;
- (D) transação e compensação;
- (E) decadência e pagamento.

48

Município situado em uma região do Brasil realizou serviços e obras de rede de água potável e esgoto de certo bairro, durante o primeiro semestre de 2013, que valorizou igualmente 100 (cem) imóveis da região em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) cada um. O custo total da obra correspondeu a R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). Após o término da obra, a municipalidade inicia a cobrança de Contribuição de Melhoria, com igual valor, de todos os 100 (cem) proprietários dos imóveis. Com base nisso, poderá ser cobrado de cada proprietário dos imóveis valorizados o valor máximo de:

- (A) R\$ 40.000,00;
- (B) R\$ 38.000,00;
- (C) R\$ 37.000,00;
- (D) R\$ 35.000,00;
- (E) R\$ 30.000,00.

49

A sociedade empresária Guajará Marques Motores Ltda., com sede em Chupinguaia, em reunião de sócios, decide aprovar o trespasse da filial situada em Theobroma.

Para que o trespasse seja considerado eficaz em relação a terceiros, é preciso que o contrato seja averbado:

- (A) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, e seja publicado na imprensa oficial;
- (B) no Registro de Títulos e Documentos do local da sede da sociedade e publicado em jornal de grande circulação nas localidades em que a sociedade tenha sede e filiais;
- (C) à margem da inscrição do imóvel, no Registro de Imóveis do local da sede da sociedade e publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação nas localidades em que a sociedade tenha sede e filiais;
- (D) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, dispensada qualquer publicação oficial;
- (E) no Registro de Títulos e Documentos do local da sede da sociedade e de suas filiais, dispensada qualquer publicação oficial.

50

Companhia Urupá celebrou operação de empréstimo com instituição financeira privada representada por cinco Cédulas de Crédito Comercial com garantia fiduciária de direitos creditórios oriundos de recebíveis de vendas por cartão de crédito. A aplicação de crédito de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) foi ajustada e o orçamento assinado pelo financiado e autenticado pelo financiador.

Com base nas informações do enunciado e as normas legais relativas à Cédula de Crédito Comercial, é correto afirmar que:

- (A) é facultativa a menção na Cédula de Crédito Comercial do orçamento ajustado entre o financiador e o financiado para aplicação dos recursos, por se tratar de título de crédito abstrato e independente;
- (B) a eventual não identificação dos direitos creditórios objeto da alienação fiduciária cedular não retira a eficácia da garantia, que incidirá sobre outros de mesmo gênero, quantidade e qualidade;
- (C) a instituição financeira não poderá capitalizar semestralmente os juros devidos em razão da operação de crédito porque, por se tratar de mútuo de fins econômicos, a capitalização deve ser anual;
- (D) em caso de inadimplemento, mediante prévio protesto por falta de pagamento, a instituição financeira poderá promover a execução do crédito no prazo de 5 (cinco) anos da data do vencimento;
- (E) os direitos creditórios alienados fiduciariamente à instituição financeira lhe pertencerão de pleno direito, uma vez comprovado o inadimplemento do devedor por notificação realizada pelo oficial do Registro de Títulos e Documentos.

51

O contrato de Frigorífico Alto Paraíso Ltda., cujo capital está parcialmente integralizado, contém cláusula de regência supletiva pela Lei nº 6.404/76.

A assembleia de sócios aprovou, por votos correspondentes a 4/5 (quatro quintos) do capital social, a cisão parcial da sociedade, com transferência de parcela do patrimônio para Agropecuária Teixeira & Andreazza S/A, constituída em 1999.

No protocolo de cisão, firmado por um administrador não sócio da sociedade limitada e um diretor da companhia, ficou estabelecido que as ações da Agropecuária Teixeira & Andreazza S/A, a serem emitidas e integralizadas com a parcela de patrimônio da sociedade cindida, serão atribuídas aos sócios em substituição às quotas extintas, na proporção das que possuem no Frigorífico Alto Paraíso Ltda.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) a aprovação da operação foi irregular porque dependeria do voto favorável da unanimidade dos sócios em razão de não estar o capital integralizado;
- (B) a aprovação da operação foi regular porque a cisão só pode ser efetivada entre sociedades por ações ou limitadas cujo contrato tenha regência supletiva pela Lei nº 6.404/76;
- (C) a disposição contida no protocolo é ilegal, porque é vedada a integralização das ações da companhia receptora com parcela do patrimônio da sociedade cindida;
- (D) a disposição contida no protocolo é válida, porque foi respeitada a proporcionalidade da participação no capital dos sócios da sociedade cindida na sociedade receptora;
- (E) embora a aprovação da operação tenha sido regular, o protocolo é irregular porque somente os sócios administradores poderiam tê-lo firmado, em razão de não estar o capital integralizado.

52

A iniciativa do processo legislativo relativo ao Plano Plurianual na esfera federal é:

- (A) privativa do Ministro da Fazenda;
- (B) conjunta do Presidente da República com o Presidente do Congresso Nacional;
- (C) privativa do Presidente da República;
- (D) privativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- (E) conjunta do Presidente do Supremo Tribunal Federal com o Presidente do Congresso Nacional.

53

A compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, prevista no art. 20, § 1º, da Constituição da República, é uma espécie de:

- (A) receita derivada;
- (B) extinção do crédito tributário;
- (C) receita extraordinária;
- (D) receita originária;
- (E) movimento de fundo.

54

Os créditos destinados ao reforço de dotação orçamentária são:

- (A) tributários;
- (B) suplementares;
- (C) especiais;
- (D) extraordinários;
- (E) extemporâneos.

55

Reinaldo é vigilante terceirizado e atua num hospital estadual, cumprindo jornada em escala de 12 x 36 h, das 19 às 7 h, com pausa alimentar de 1 hora. Diante dessa situação e do entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o adicional noturno será pago entre 22 e 5 h, no percentual de 25%, sendo que a jornada cumprida excede o módulo constitucional, gerando horas extras;
- (B) não é devido adicional noturno porque Reinaldo trabalha em escala e, da mesma forma, não se cogitará o pagamento de horas extras porque a escala é vantajosa;
- (C) quando a escala de trabalho coincidir com o dia de domingo ou feriado, Reinaldo fará jus à remuneração em dobro, e receberá adicional noturno de 20%;
- (D) essa escala deve ser acertada em acordo individual ou coletivo, sem exclusão do direito ao adicional noturno durante todas as horas de trabalho;
- (E) a escala somente será válida se estiver prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho, e Reinaldo receberá adicional noturno sobre a jornada das 22 às 7 h.

56

O dissídio pode ser classificado como sendo de natureza econômica, jurídica ou de greve.

Em relação ao dissídio coletivo de natureza jurídica, é correto afirmar que:

- (A) suas cláusulas possuem extratividade;
- (B) prescinde do comum acordo;
- (C) serve para a criação de normas jurídicas para uma categoria;
- (D) seu prazo máximo de vigência é de 2 anos;
- (E) pode ser instaurado de ofício pelo Presidente do Tribunal.

57

Após ser autuada pela fiscalização do Trabalho, uma empresa recebe o auto de infração, mas pretende recorrer na esfera administrativa por entender que não existe irregularidade. Ao tentar fazê-lo, o Superintendente Regional do Trabalho local condicionou a recepção do recurso administrativo ao depósito do valor da multa ou, ao menos, ao oferecimento de bens que garantissem o pagamento dela.

Sobre a situação retratada, é correto afirmar que:

- (A) agiu incorretamente o Superintendente, pois não se pode exigir garantia para que uma pessoa recorra na esfera administrativa;
- (B) o Superintendente agiu com excesso, pois o máximo que poderia exigir, de acordo com a CLT, seria metade do valor da multa;
- (C) a atitude do Superintendente foi correta, sendo inviável a análise de razões de inconformismo sem que haja garantia integral de pagamento da multa;
- (D) a Lei e os Tribunais são omissos a respeito, daí o Superintendente tem o poder discricionário de exigir o valor da multa como garantia;
- (E) o Superintendente foi imprudente, pois a condição de garantir o juízo para fins de recurso administrativo depende de prévia autorização judicial.

58

A Constituição da República de 1988 impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, que também é um direito de todos. Para assegurar a efetividade desse direito, de acordo com o texto constitucional, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de:

- (A) toda e qualquer obra ou atividade efetivamente causadora de qualquer degradação ambiental, estudo de contaminação hídrica, do solo e do ar, a que se dará publicidade;
- (B) obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, a realização de audiência pública, antes da concessão da licença ambiental;
- (C) toda e qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente, plano de reparação de área degradada, antes da concessão da licença ambiental;
- (D) obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- (E) toda e qualquer obra ou atividade efetivamente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, depósito prévio de caução para assegurar a reparação dos danos ambientais.

59

De acordo com a Lei Complementar nº 620/2011 do Estado de Rondônia, compete à Procuradoria Geral do Estado:

- (A) representar a Fazenda Pública perante os Tribunais de Contas da União e do Estado;
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, nos crimes de competência da Justiça Estadual;
- (C) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- (D) exercer o controle externo da atividade policial, no âmbito estadual;
- (E) promover a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais, de forma integral e gratuita, dos necessitados.

60

Consoante dispõe a Lei Complementar Estadual nº 620/2011, o Procurador Geral do Estado de Rondônia será escolhido:

- (A) pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada pelo voto de todos os Procuradores do Estado;
- (B) pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado;
- (C) e nomeado pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, com parecer prévio do Corregedor Geral;
- (D) e nomeado pelo Governador do Estado, entre integrantes estáveis da carreira de Procurador do Estado;
- (E) pelo Governador do Estado, a partir de lista sêxtupla formada pelo voto de todos os Procuradores, que se reduzirá à tríplice pelo Conselho Superior.

61

Conforme estabelece a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, compete ao Conselho Superior:

- (A) apresentar semestralmente ao Corregedor, para deliberação, relatório circunstanciado em processo de avaliação de desempenho de integrante da carreira de Procurador, na apuração do estágio probatório, bem como avaliação de desempenho para apuração da eficiência de cada Procurador do Estado estável;
- (B) nomear os Procuradores que exercerão atribuições cumulativas extraordinárias, bem como os servidores ou não que exercerão os cargos de direção e assessoramento superior ou funções gratificadas próprios da Procuradoria Geral do Estado;
- (C) organizar os assentamentos relativos às atividades e à conduta dos membros da Procuradoria Geral do Estado, coligindo os elementos necessários à elaboração das listas de Procuradores para fins de promoção por merecimento, com envio ao Procurador Geral;
- (D) propor ao Governador do Estado de Rondônia a declaração de nulidade ou a revogação de atos da Administração Pública e a arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, bem como decretar sigilo administrativo sobre matéria ou processo de interesse do Estado, passando a tramitar em arquivo próprio;
- (E) julgar os processos administrativos disciplinares instaurados contra Procuradores do Estado, encaminhando ao Procurador Geral a deliberação adotada no julgamento, para aplicação de penalidade ou arquivamento por absolvição, ressalvados os casos de competência do Governador.

62

Consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 620/2011, para a aplicação das penalidades disciplinares de advertência, repreensão e demissão de Procurador do Estado, são competentes, respectivamente:

- (A) o Procurador Geral do Estado, o Procurador Geral do Estado e o Conselho Superior;
- (B) o Procurador Geral do Estado, o Procurador Geral do Estado e o Governador do Estado;
- (C) o Corregedor Geral, o Corregedor Geral e o Governador do Estado;
- (D) o Corregedor Geral, o Corregedor Geral e o Procurador Geral do Estado;
- (E) o Corregedor Geral, o Procurador Geral do Estado e o Governador do Estado.

63

O Procurador do Estado de Rondônia estável, Dr. Francisco, foi demitido, com base em provas ilícitas e fraudadas colhidas no curso de processo administrativo disciplinar. O Dr. Francisco logrou comprovar sua inocência em processo judicial e obteve sentença judicial transitada em julgado que invalidou sua demissão. De acordo com o que estabelece a Constituição da República e a Lei Complementar nº 620/2011 do Estado de Rondônia, o retorno do Dr. Francisco ao cargo dar-se-á mediante:

- (A) reversão, com ressarcimento proporcional à metade dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento;
- (B) reintegração, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço;
- (C) aproveitamento, com ressarcimento proporcional à metade dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento;
- (D) recondução, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço;
- (E) readaptação, com ressarcimento proporcional à metade dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento.

64

Ao longo dos séculos XVI e XVII, durante o período da União Ibérica (1580/1640), verificamos o principal momento na expansão territorial brasileira. O país saiu de uma faixa litorânea para um tamanho continental e tal processo levou à incorporação do território correspondente à atual região norte.

Sobre o processo de desbravamento da região norte, incluindo a área do estado de Rondônia, pode-se destacar dois grupos essenciais para o sucesso da ampliação territorial brasileira, que foram:

- (A) os produtores de açúcar e os comerciantes brasileiros denominados tropeiros;
- (B) os produtores de soja e os pecuaristas que expandiram suas atividades para a região norte;
- (C) os produtores de borracha e os missionários que catequizavam os indígenas;
- (D) os bandeirantes que visavam escravizar os indígenas e as missões jesuítas;
- (E) os bandeirantes de sertanismo de contrato e os grandes pecuaristas que serviam aos engenhos.

65

O crescimento da população de Rondônia ganhou destaque a partir da década de 1960. Em 1950, a população do antigo território do Guaporé era de cerca de 14 mil habitantes, enquanto em 1980 esse número chegava próximo a 230 mil habitantes.

O intenso crescimento populacional nesse período é explicado principalmente:

- (A) pelos incentivos fiscais e investimentos do governo federal que estimularam a atração de indústrias para a região, gerando postos de trabalho e atraindo população;
- (B) pelo acesso fácil à terra, de baixo custo, que atraiu investidores do sul e do sudeste interessados em investir na agropecuária e na atividade madeireira;
- (C) pela descoberta de reservas de diamantes na década de 1960, que atraiu migrantes de vários estados brasileiros para a atividade do garimpo;
- (D) pelos investimentos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia na abertura de rodovias e de ferrovias no período, que facilitou a ida de migrantes para o Estado;
- (E) pela crise econômica no Peru e na Bolívia naquele momento, que levou a um grande influxo de imigrantes vindos desses países e que se estabeleceram em Rondônia.

66

“A monumental construção de estilo Vauban, de 6ª classe, é constituída por um quadrado de 970 metros de perímetro, com muralhas de 10 metros de altura e com quatro baluartes de 59x43m, armados cada um com quatorze (14) canhoneiras. Circundando-a existia um longo e profundo fosso, sendo que o acesso ao interior da fortaleza só será possível através de ponte elevadiça que conduzia a porta da muralha norte”.

(Fonte: <http://www.geocities.ws/rondonianaweb>)

A descrição se refere ao:

- (A) Real Forte Príncipe da Beira, construído para garantir a proteção das áreas de exploração de borracha no vale do rio Madeira;
- (B) Forte de Nossa Senhora da Conceição, construído para evitar a invasão dos franceses pelo rio Guaporé;
- (C) Forte de São Gabriel da Cachoeira, com o objetivo de evitar a penetração espanhola em terras portuguesas;
- (D) Real Forte Príncipe da Beira, construído para afastar as pretensões dos espanhóis sobre o Vale do Guaporé-Mamoré;
- (E) Forte de São Joaquim, construído com o objetivo de impedir a entrada de holandeses no vale do rio Branco.

67

“O barril de pólvora está lá, basta que alguém risque o palito de fósforo para a gente ter uma nova tragédia”.

A declaração acima foi feita pelo Procurador da República Reginaldo Trindade, de acordo com publicação do Portal Amazônia, no dia 12/05/2015. A declaração diz respeito à problemática envolvendo a Terra Indígena dos Cinta Larga.

Em relação à localização dessas terras e à problemática existente atualmente nelas, é correto afirmar que:

- (A) está localizada no norte do Estado e seu principal desafio é combater o avanço da malária na população indígena;
- (B) está localizada no oeste do estado e as invasões por parte de peruanos e bolivianos têm levado a sérios conflitos com os indígenas;
- (C) está localizada na porção nordeste do estado e o avanço da urbanização tem ameaçado a existência da reserva;
- (D) está localizada na porção sul do estado e o avanço da fronteira agropecuária tem comprometido o habitat natural dos indígenas;
- (E) está localizada na porção leste do Estado, onde as invasões de garimpeiros têm gerado conflitos com os indígenas que vivem ali.

68

Ao final do século XIX, o Vale do Madeira foi responsável por um período de avanço econômico e prosperidade para a região. Essa prosperidade foi contínua até o início do século XX. Tal desenvolvimento foi gerado pela:

- (A) produção aurífera, que se esgotara no Vale do Guaporé e ganhou força no Vale do Madeira;
- (B) produção cafeeira, que dinamizou a economia da região com a presença da imigração japonesa;
- (C) extração da borracha, que atraiu mão de obra migrante para a região;
- (D) criação de uma área de comércio livre na região, que atraiu o capital estrangeiro;
- (E) exploração do algodão, que atraiu investimentos e a mão de obra norte-americana.

69

“A BR-319 foi inaugurada oficialmente em 1976, no governo Ernesto Geisel. Porém, nunca foi concluída integralmente. Nas décadas de 1980 e 1990, a manutenção da estrada foi abandonada pelo poder público. Somente na década de 2000, as obras de pavimentação foram retomadas com o asfaltamento das duas pontas da rodovia (...)”

Fonte: <http://www.ariquemesonline.com.br>, 02/10/2015. Acesso em 03 de outubro de 2015.

A importância da rodovia citada no texto está relacionada ao fato de ser a via de integração por terra:

- (A) entre Porto Velho e Manaus;
- (B) de Rondônia com a Bolívia;
- (C) entre as regiões Norte e Nordeste;
- (D) da região Norte com Brasília;
- (E) de Rondônia com o Mato Grosso.

70

No estado de Rondônia, os problemas de degradação socioambiental são muito presentes e estão associados à implantação dos projetos de colonização, principalmente na década de 1970. Como forma de amenizar esses problemas, em 1981 foi criado um programa voltado, dentre outros objetivos, a assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas, conhecido como:

- (A) Programa Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia;
- (B) Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil;
- (C) Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia;
- (D) Zoneamento Socioeconômico e Ecológico;
- (E) RADAM Brasil.

Redação

Numa palestra que fiz recentemente na série “Como viver juntos”, promovida pelo Fronteiras do Pensamento, defendi a tese de que o ser humano prefere a paz à guerra, muito embora a história esteja marcada por inumeráveis conflitos, que datam desde as nossas origens até os tempos atuais.

De fato, nos dias de hoje são tantos os conflitos, que a minha tese, que pareceria óbvia, se torna quase inaceitável. Não obstante, insisto que o homem prefere a paz à guerra.

Como se explicaria, então, que os conflitos armados sejam um fator constante, envolvendo vários povos e países?

Esse é o começo de uma coluna do jornal Folha de São Paulo, de outubro de 2015, da autoria do poeta Ferreira Gullar.

Você deve redigir um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em língua culta, explicando se você concorda ou não com a tese do poeta, procurando responder à pergunta final do texto.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

